

“QUANDO MAIS SE PRECISA É QUANDO JUSTAMENTE Á LUZ MAIS FALHA”:
LUZ ELÉTRICA EM CAMPINA GRANDE (1920-1940)

Cataline Alves Brandão*

Resumo: O presente estudo tem como objetivo tratar do advento da luz elétrica em Campina Grande, trabalho motivado a partir das experiências vivenciadas ao longo da disciplina História de Campina Grande. Considerado o sistema de iluminação por excelência, será um dos símbolos da modernidade estando pautada no perfil das grandes metrópoles européias. Neste sentido, buscaremos analisar a precariedade da iluminação pública nesta cidade, configurando um obstáculo no caminho do “progresso” e “civilização”, visando ainda problematizar as implicações proporcionadas no cotidiano da população, tendo em vista o discurso de modernização e conseqüentemente seu intento de estar em um mesmo patamar de uma Paris de Haussmann ou um Rio de Janeiro de Pereira Passos. Desse modo, uma das fontes utilizadas serão alguns exemplares do Jornal Voz da Borborema, o qual apresenta falas incessantes acerca da temática a qual iremos abordar, apreendendo questões relevantes que ao dialogar com outras fontes se tornará um trabalho salutar.

Palavras-chave: Luz Elétrica- Modernidade- Campina Grande.

Com o advento da Revolução Industrial, a qual será considerada a mola que vai proporcionar o crescimento demográfico e o aumento das cidades em extensão, fará com que a temática voltada a fenômenos urbanos se torne recorrente entre intelectuais e cronistas contemporâneos desta época, com uma série de planejamentos para organizar e higienizar as metrópoles, visando uma vida satisfatória. Teremos assim como pioneiras dessa avalanche de alterações as cidades de Londres e Paris, atentando para o fato de que estas vão servir de referencial no processo de modernização do Brasil, que de uma maneira ou de outra buscou se enquadrar nos moldes das grandes metrópoles européias.

O impacto causado nas pessoas ao se depararem com todo o “turbilhão” das metrópoles foi extremamente ambíguo. Ao mesmo tempo em que esta atraía a população encantada por uma série de aparatos os quais compunham uma cidade considerada moderna, ela assustava e até mesmo aterrorizava, era algo novo e tudo que é novo é difícil de ser

* Aluna do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande.

assimilado instantaneamente. De fato se constituía de uma maré forte que conduzia, muitas vezes, os homens, contra sua vontade ou então outros gostavam e se envolviam neste inebriante percurso.

Neste contexto, a recepção a qual a vida urbana com o surgimento das grandes metrópoles vai imprimir nos homens do século XIX, proporcionará um espaço urbano extenso, desta forma a luz elétrica surge como elemento de segurança, visto que, infinitas ruas permaneciam imersas na escuridão assolando medo na população, cujos ambientes escuros estavam propícios à criminalidade, o aumento das jornadas de trabalho, uma conseqüência advinha do próprio capitalismo emergente, bem como, a possibilidade de ambientes de lazes noturnos intensificando o prolongamento do dia, assim um novo instrumento de sociabilidades surgia sendo a luz um relevante benefício cotidiano.

É necessário atentar que anteriormente a luz elétrica o sistema de iluminação a gás carbônico vai configurar a iluminação de uma cidade dita moderna, “civilizada”, ao assumir um papel tão relevante será um termômetro para mensurar o grau de civilização de uma cidade, em especial, as européias, isto através da quantidade de gás consumido. Seu funcionamento se dava pela instalação de um sistema de tubulação subterrânea ligada a uma fonte a qual fornecia gás até os bicos injetores espalhados nas vias públicas ou em residências.

Por a iluminação a gás estar baseada em um sistema complexo e embargada de custos altíssimos, como também era notável o poderoso interesse por parte dos governantes e empresários, não poderia ser facilmente substituída pela luz elétrica. Porém não impedia que determinados estabelecimentos comerciais ou ambientes noturnos já tivessem experimentado mesmo que de forma reduzida motores, causando nas pessoas grande encanto, mas o gás ainda era dito como símbolo moderno até a completa superação da luz elétrica, está última ganha um espaço efetivo pela questão da sua automação, estando ligada a uma fonte geradora bastando apenas uma chave para que a luz funcionasse ao mesmo tempo em vários lugares, configurando uma verdadeira “mágica” diante muitos olhares.

Para entender de maneira mais clarificada o processo de modernização assistido por Campina Grande, acreditamos ser salutar nos pautar no estudo da vida moderna partindo da perspectiva da ARANHA (2003: 81-82), o qual estuda a modernidade nas cidades nortistas não com as características que compõem o quadro das grandes metrópoles embargadas pela correria e ritmos frenéticos próprios de uma cidade moderna, mas buscando considerar seu limite físico e a partir desde encontrar subsídios para se caracterizar como tal. Para tanto, o autor em questão vem oportunizar a alternativa de pensar a cidade moderna baseada por determinadas conquistas materiais, sendo nosso interesse fazer uma abordagem em se

tratando da luz elétrica, entrando na vida das pessoas como uma novidade oriunda do estrangeiro. Imaginemos o deslumbramento causado na população, em especial, a campinense ao se depararem com um aparato que poderia ser encontrado também em uma Londres ou Paris, ou seja, uma cidade estará automaticamente inserida no perfil de “civilizada” ao possuir um elemento moderno.

Tratar da experiência da luz elétrica na Paraíba no remete a um processo lento e gradual, visto que diferentemente de outras capitais da região nordeste como Fortaleza e Recife, esta não passou pela intermediação do sistema de iluminação a gás, mas diretamente da queima de querosene para a luz elétrica, sistema precário e atrasado quando se falava em iluminação pública, principalmente entre as cidades as quais almejavam se estabelecer nos parâmetros da modernidade que respiravam ares de progresso.

No que concerne a Campina Grande, a mesma foi agraciada com a luz elétrica no ano de 1920, momento este um tanto quanto tardio pelo fato da cidade ser considerada populosa e centro de convergência de comerciantes em um número elevado.

Segundo Epaminondas Câmara, Campina Grande contava neste ano com 2012 casas e de acordo com o Recenseamento geral da República tinha cerca de 70810 pessoas, o município mais populoso do interior da Paraíba, tendo em vista que sua iluminação era a base da queima de querosene tornava-se atrasada e comentários não muito agradáveis de vários cronistas, letrados os quais a visitavam, logo enfatizando a precariedade da luz a sua estética de uma maneira geral. Em um primeiro momento, a luz funcionava nas principais artérias da cidade, sendo a empresa fornecedora J. Brito & CIA posteriormente Luz e Força S.A, energia a qual vai dar muita dor de cabeça na população campinense.

Compartilhando das considerações de SOUSA (2003: 140-141) a problemática em torno da precariedade da luz elétrica se deu desde o dia de sua inauguração, variadas são as vezes que cronistas, população e elite dirigente se viam prejudicados em relação à luz da cidade. Na década de 30, por deficiência dos motores a energia elétrica é diminuída, sendo verificável uma irregularidade no que tange ao fornecimento de luz.

Consequentemente, por ser um sistema o qual utilizava máquinas complexas e caras oriundas da Alemanha, Suécia, fazia-se necessário uma vultosa manutenção que rendia custos altos, luz muitas vezes falha levando os governantes na busca de sanar gastos reduzir o número de lâmpadas ou privilegiar determinados espaços principalmente aqueles os quais freqüentavam um grande público.

Retomando o diálogo com SOUSA (2003: 140-143), um exemplo da redução da luz com o intuito da contenção de gastos trata-se do ano de 1935, cujo prefeito Antonio

Perreira Diniz, tira de circulação cerca de metade das lâmpadas da cidade, gerando grande indignação por parte da população, haja vista que neste período Campina Grande mais do que nunca vivia um momento de grande expansão comercial, industrial, econômica, tornando-se um centro de comércio algodoeiro de destaque considerável no Brasil.

Deste modo, a população se sentia “entregue” a violência noturna, somando sua revolta ao estímulo por parte da elite dirigente a fazer intensas denúncias, demonstrando uma preocupação quanto à imagem vislumbrada por aqueles que iam a passeio ou até mesmo visando comercializar na região. Seriam comentários salutareos? Os campinenses não acreditavam nesta possibilidade, nem mesmo a realidade contribuía para isto.

Vivendo o auge do discurso de modernização e urbanização do Rio de Janeiro e Paris, assistia a reforma de Vergniaud Vanderley, o qual se empenhou com bastante afinco na remodelação da cidade, buscando ao extremo seguir os parâmetros das capitais européias. A partir daí, a meta será dar uma nova roupagem a Campina e tudo aquilo que fosse anti-higiênico, anti-estético causador de uma aparência ruim nos “ares urbanos” seria destruído, remodelado criando uma nova imagem. A precariedade da luz, seria uma afronta em relação à estética da cidade. Assim, ávida de influências de um discurso modernizante, gostaria de estar a todo custo perto ou até no mesmo nível de uma capital européia, no entanto o mau funcionamento da luz tornava-se uma barreira para o progresso tão desejado.

A partir de uma pesquisa no jornal Voz da Borborema no ano de 1938, quase duas décadas após a inauguração da luz elétrica, verifica-se a veemência a qual tratavam à questão da iluminação pública. O trecho abaixo clarifica o que se pretende expor:

“Algumas tochas espalhadas no perímetro de poucas ruas, como braças dependuradas, não iluminam coisa alguma e dão à impressão de uma cidade decadente, em contraste a sua real opulência. A nossa cidade as escuras, outro não será o seu desejo senão de nos ver em franca decadência e inferioridade.”

(Voz da Borborema, 6/04/1938, pg. 2).

O mesmo pode-se apreender de um letrado que ao visitar a cidade admira em vários aspectos, porém quando se refere à iluminação pública:

“O que é de lamentar sobre modo é o serviço da luz em Campina Grande, contrastando com seu grão de civilização e progresso.”

(Voz da Borborema, 29/01/1938).

As noites de festa segundo relatos presentes no jornal retro mencionado eram insuportáveis, com o propósito de iluminar as ruas centrais, as demais localidades permaneciam às escuras, cujo medo tornava-se evidente entre as 18:00 e 20:00 horas, “quando

mais se precisava de luz esta mais falhava”¹. A população via esta deficiência como algo inadmissível, cuja empresa fornecedora nada fazia pra alterar esse quadro, agindo indiferentemente diante uma série de reclamações.

No intuito de resolver o problema da luz, a voz dos cronistas e jornalistas se tornou um veículo de denúncias, Hortênsio Ribeiro foi um dos tantos letrados que trataram desta questão com veemência. Nesta perspectiva, não era salutar a falta de luz, tendo em vista que se constituía um elemento retrogrado diante a importância da cidade no quadro comercial do país, quando adquiria um novo motor ou alterações no contrato entre a empresa e a prefeitura eram efetuados, logo ficava estampado nas páginas dos jornais que o problema da luz tinha chegado enfim a uma solução, no mês de agosto de 1938 o prefeito Bento Figueirêdo havia sido responsável por tal façanha passando a ser vangloriado.

“O poder publico municipal, com verdadeira compreensão de trata-se de um problema da maior evidencia para uma cidade como Campina Grande, teve a grande preocupação de acautelar os interesses da coletividade, no sentido de assegurar uma luz compatível com os nossos fóros de gente civilisada.” (grifo nosso).

(Voz da Borborema, nº 62, 27/08/1938. p. 03)

Campina respirava uma tranquilidade efêmera, pois as áreas mais afastadas não eram agraciadas com tal benefício e, vez por outra, as principais ruas dormiam na escuridão, sendo evidente a necessidade de luz fixa e de qualidade, satisfazendo a cidade como um todo. Embora contratos fossem renovados e/ou alterados, a população em pouco tempo já vociferava indignação que nunca era solucionada.

Hortênsio Ribeiro clarifica a discursão acerca da iluminação pública que no ápice da reforma urbana de Vergniaud Vanderley, sofria a sua demasiada inutilidade:

“Quando o prefeito Verniaud Wanderlei empreendeu a edificação do Grande-Hotel, ás duas por três lhe observamos, que sem a luz publica campinense afigurava-se-nos, monumental e inútil, a gigantesca construção do hotel da cidade. A execução deste melhoramento implicava naturalmente na realização do suprimento de luz á Campina.” (RIBEIRO, Hortênsio “Luz Publica de Campina Grande”, Voz da Borborema, nº 63, 31/08/1938, p.01).

O episódio acima reflete a contradição presente na busca da inserção nos parâmetros das cidades ditas modernas. Enquanto um hotel era edificado dando mais vida ao centro da cidade de Campina, para funcionar de fato necessitava de luz, logo a iluminação dos trechos mais próximos deveria ser reduzida com o intuito de privilegiar o “melhoramento”

¹ Fala vislumbrada no jornal em estudo, estando ainda presente no título deste artigo.

que Campina iria assistir assim a população acabava por se deparar com uma escolha angustiante: ou a luz em seus lares e nas ruas, ou em um prédio tao deslumbrante o qual “iluminava” o seu nível de “civilização”.

O debate prossegue com Epaminondas Câmara, tendo também o desejo de ver sua cidade melhorada no que tange a sua estética enquanto uma cidade modernizada mostra seu desabafo diante o serviço da luz:

“A empresa de luz pela quinta vez deixou a cidade às escuras, havendo iluminação de reduzidíssima voltagem nos domicílios. Acordem, despertem, enfileirem-se aos seus verdadeiros benfeitores e façam frente única em combate moderado e constante contra os sabotadores do progresso da terra comum. [...]”. (CÂMARA 1998: 126).

Esses episódios configuram bem a problemática em se tratando da iluminação em Campina Grande, assim como tantos outros que surgem ao se vislumbrar as páginas de jornal, crônicas, depoimentos. A população que usufruía de tal serviço acabava por se unir visando um mesmo objetivo de que houvesse luz a qual pudesse suprir suas necessidades cotidianas, como também propiciar sua participação neste quadro de mudanças produzidas pela modernidade tao em voga², nos ajudando ainda a compreender como essas falas mostram a sua auto-estima afetada, enquanto ao seu destaque comercial.

Por tudo isto, nos é instigado reflexões mais apuradas acerca da temática em questão, bem como, um estudo que possa abranger outras questões relevantes no que diz respeito à iluminação pública a partir da luz elétrica. Seria só um discurso modernizante que preocupava tanto a população? E as barganhas político-econômicas não deveriam ser averiguadas e revistas? São propostas salutareas na produção de outros textos. Aqui fica apenas um esboço do avento da luz elétrica e suas implicações, contribuindo para os estudos referentes à cidade de Campina Grande.

² Vale salientar que nem todos tinham contato ou acesso a este aparato moderno. Podemos estabelecer um diálogo salutar com Rocha (1997: 71-73), a partir do momento em que se privilegiavam alguns trechos urbanos incluindo apenas as largas avenidas e arredores, outra parte da população permanecia à noite sob a luz dos velhos lampiões a gás ou querosene, estando à margem dos novos elementos os quais surgiam.

Referências Bibliográficas:

Periódicos:

Jornal Voz da Borborema (1930- 1940)

Livros e Artigos:

ARANHA, Gervácio Batista. “Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)”. In: A Paraíba no Império a República: estudos de história social e cultural. Op.Cit.

CÂMARA, Epaminondas. Datas Campinenses. 2ªed. Campina Grande: Caravelas, 1998.

ROCHA, Amaral Silva de Sousa. “A Sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da belle époque” (pp.51-80). In: Revista de História Regional, nº 2. Ponta Grossa: Imprensa Universitária da UEPG, 1997.

RONCAYOLO, Marcel. “Transfigurações noturnas da cidade: O império das luzes artificiais” (pp.97-101). Tradução de Eveline Bouteiller Kavakama. In Projeto História. Op. Cit.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. “Cristino Pimentel: Cidade e Civilização em crônicas.” In: A Paraíba no Império a República: estudos de história social e cultural. Op.Cit.

_____. “Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)” (pp. 61-92). In: Revista Brasileira de História, vol.23, nº 46. São Paulo: ANPUH, 2003.